

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM  
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

**JOSENALDO DE SOUZA ALVES**

**EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRS NO CONSERVADORISMO  
CONTÁBIL: Evidências em Companhias de Grande Porte**

**VITÓRIA  
2013**

**JOSENALDO DE SOUZA ALVES**

**EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRS NO CONSERVADORISMO  
CONTÁBIL: Evidências em Companhias de Grande Porte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – nível profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Lopo Martinez

**VITÓRIA  
2013**

**JOSENALDO DE SOUZA ALVES**

**EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRS NO CONSERVADORISMO  
CONTÁBIL: Evidências em Companhias de Grande Porte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – nível profissionalizante.

Aprovada em 06 de dezembro de 2013

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Professor Dr. Antonio Lopo Martinez  
Orientador

Professor Dr. Valcemiro Nossa (FUCAPE)  
1º membro

Professora Dr<sup>a</sup>. Patrícia Maria Bortolon (UFES)  
2º membro

Este trabalho é dedicado à minha esposa e aos meus filhos, que me apoiaram em todas as minhas ausências, pois sabiam a importância da conclusão deste mestrado para a minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a DEUS, por me permitir e conceder a graça de concluir mais esta etapa da minha formação acadêmica e profissional.

A minha esposa, Prof<sup>a</sup>. Doutoranda Rita de Cássia Oliveira Lima Alves, e aos meus filhos, Fabrício Lima Alves e Cintia Lima Alves, pela compreensão e pelo encorajamento que sempre me deram durante toda essa difícil trajetória. Aos meus pais, minhas referências de integridade e de perseverança.

Ao professor orientador, Dr. Antonio Lopo Martinez, que apresentou todos os conteúdos com uma competência extraordinária, acreditando nesta importante tarefa, aceitando-a e desempenhando seu papel com tranquilidade e inestimável contribuição. Grato pelas suas críticas e sugestões, pontos imprescindíveis para a concretização desta Dissertação.

Aos professores da banca examinadora da Dissertação, Dr. Valcemiro Nossa (FUCAPE), que também em outros momentos foi de extrema importância para que eu chegasse até a defesa, demonstrando interesse em ajudar para que o trabalho se realizasse com a melhor qualidade possível. Agradecimento especial também a Dr<sup>a</sup>. Patrícia Maria Bortolon (UFES), que contribuiu com suas observações e comentários seguros no sentido de melhorar em aspectos importantes ao desfecho final do trabalho.

A todos os professores que fizeram parte desta minha grande história: Dr. Aridélmo Teixeira, Dr. Arilton Teixeira, Dr. Marcelo Sanches, Dr. Fábio Moraes da Costa, Dr. Fernando Caio Galdi, pela dedicação e profunda

competência na transmissão de todo o conteúdo.

À Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), em especial ao professor Ariovaldo dos Santos, pela colaboração no envio dos dados da pesquisa, não medindo esforços em fornecê-los.

À Faculdade Independente do Nordeste - FAINOR - pelo apoio e pela compreensão, quando, em muitos momentos, tive que me ausentar para atividades do Mestrado na FUCAPE, em Vitória-ES.

Ao meu amigo e colega, Professor Dirlei Andrade Bonfim, que iniciou os estudos comigo, cujo apoio foi de extrema importância para a minha continuação neste projeto. Aos colegas Vander e Elifaz, os quais colaboraram significativamente para a conclusão desta tarefa tão importante.

## RESUMO

Esta Pesquisa investiga os efeitos da adesão do Brasil às IFRS sobre o Conservadorismo contábil em Companhias de Grande Porte. O Conservadorismo contábil é uma importante característica relacionada às informações contábeis e a sua qualidade, que sempre possibilitou maior confiabilidade na apresentação dos resultados. Compreendendo a relevância desta temática para a Contabilidade, tanto em relação às Empresas de Capital Aberto quanto às de Capital Fechado e limitadas, investigou-se o Conservadorismo contábil (identificado nas demonstrações contábeis), com vistas a analisar se ele sofreu alterações depois das mudanças na Contabilidade brasileira, em 2007. Nesse período, o Brasil passou a fazer parte dos países que assumiram as Normas Internacionais de Contabilidade, conhecidas como IFRS. Essas novas regras contábeis obrigaram as Empresas a apresentarem uma maior transparência em suas demonstrações e controles. Para alcance dos objetivos propostos, buscou-se, como instrumento metodológico de pesquisa, o banco de dados das 1000 maiores Empresas em volume de vendas, adotando-se como principal base de dados as publicações na Revista Exame no período de 2005 a 2010. A metodologia se baseou principalmente no modelo utilizado por Ball e Shivakumar (2005) como medida de reversão assimétrica de resultados provocados positiva e negativamente. Nos resultados identificados, em função do modelo escolhido, não foram verificados indícios de mudança no nível de Conservadorismo existente entre as Empresas que publicaram suas demonstrações no período estudado.

**Palavras-chave:** Conservadorismo. Empresa de Grande Porte. Empresas de Capital Aberto, Fechado e Limitadas.

## **ABSTRACT**

This survey investigates the effects of accession of Brazil to IFRS on accounting conservatism in large companies . The Accounting conservatism is an important feature related to the financial information and its quality , which has always allowed for greater reliability in reporting the results . Understanding this issue important to Accounting , both in relation to Listed Companies concerning the Capital Closed and limited , investigated the Accounting conservatism (identified in the financial statements ) , in order to analyze whether it was altered after changes in Brazilian accounting in 2007 . During this period, Brazil has become part of the countries that have taken the International Accounting Standards , known as IFRS . These new accounting rules forced companies to submit more transparency in their statements and controls. To achieve the proposed objectives , was sought as methodological research tool , the database of the 1000 largest companies by sales volume , using as main database of publications in Exame magazine from 2005 to 2010. The methodology is mainly based on the model used by Ball and Shivakumar (2005 ) as a measure of asymmetric reversal of positive and negative results caused . The results identified , depending on the model chosen, no signs of change were observed in the level of conservatism exists between the companies that published their statements in the period studied .

**Keywords :** Conservatism. Company Grade Porte. Business Capital Open, Closed and Limited .

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA (TESTE T) - DIFERENÇA DE MÉDIA EM AMOSTRAS EMPARELHADAS .....	38
TABELA 2 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA APENAS A MÉDIA DO LUCRO LÍQUIDO.....	39
TABELA 3 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA CONSIDERANDO O LUCRO LÍQUIDO PONDERADO PELO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	40
TABELA 4 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA – CORRELAÇÃO.....	40
TABELA 5 – REGRESSÃO DO RESULTADO CONSIDERANDO O LUCRO LÍQUIDO .....	42
TABELA 6 – REGRESSÃO DO RESULTADO CONSIDERANDO O LUCRO LÍQUIDO PONDERADO PELO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	43
TABELA 7 – REGRESSÃO DO RESULTADO INCLUINDO A VARIÁVEL D-LEI .....	45

## LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1 – PESQUISAS SOBRE O CONSERVADORISMO NO BRASIL .....	24
QUADRO 2 - MODELO DE BALL E SHIVAKUMAR (2005) (1):.....	34
QUADRO 3 - MODELO DE BALL E SHIVAKUMAR (2005) MODIFICADO, QUE CAPTA O COMPORTAMENTO DIFERENCIADO DO CONSERVADORISMO INCLUINDO EMPRESAS QUE POSSUEM E NÃO POSSUEM AÇÕES EM BOLSA:.....	35
QUADRO 4 - DESCRIÇÃO DAS DUMMIES PARA A NOVA REGRESSÃO:.....	44

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	18
2.1 IFRS X CONSERVADORISMO .....	18
2.2 CONSERVADORISMO CONTÁBIL.....	19
2.3 CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	26
2.4 A INFLUÊNCIA DA REGULAÇÃO NO CONSERVADORISMO CONTÁBIL .....	28
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE A – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DO STATA – MODELO BALL E SHIVAKUMAR (2005).....	55

# 1 INTRODUÇÃO

As Normas Internacionais de Contabilidade, mundialmente denominadas de *International Accounting Standards (IAS)* e *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, são emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Tais normas, de acordo com Mourad e Paraskevopoulos (2010), foram criadas com a finalidade de deixar mais claras e com maior qualidade as demonstrações contábeis, além de proporcionar um grau maior de credibilidade para as variadas entidades em distintos países, provendo mais informações para a tomada de decisões. Isso porque as IFRS agregam qualidade à divulgação das informações contábeis, requisito essencial à comparabilidade e à credibilidade das demonstrações contábeis.

Com a adesão às IFRS, especialmente após a publicação e a aplicação dos Pronunciamentos Contábeis (CPCs), até o final de 2010, o Brasil, assim como outros países, passou a seguir o alinhamento dessas normas. A finalidade principal dessa adesão foi a adequação do país aos padrões mundiais de Contabilidade, o que foi entendido por vários estudiosos como uma significativa mudança na Contabilidade brasileira, nos últimos anos, desde a publicação da Lei de Sociedade por Ações, a Lei 6404/76. Assim, tanto as Companhias de capital aberto quanto as de capital fechado, além das Empresas consideradas de Grande Porte devem observar todas as disposições da Lei 11.638/07, especialmente no que diz respeito aos aspectos relacionados à publicação das informações contábeis.

Em decorrência da aplicação dessas normas, várias alterações ocorreram, dentre as quais destacam-se, conforme os pronunciamentos contábeis: o reconhecimento da mensuração pelo valor justo de certos instrumentos e derivativos; a probabilidade de que objetos de contratos que possuem características de arrendamento mercantil financeiro sejam contabilizados como ativo da arrendatária e, ainda, o impedimento de novas reavaliações (cf. SANTOS; CALIXTO, 2010). Acentua-se também como importante alteração a instituição do reconhecimento de despesas ou de participação das remunerações fundamentais em ações líquidas, com instrumentos patrimoniais medidos pelo valor justo, na ocasião em que são outorgados, em contrapartida à conta Ações/Opções outorgadas no Patrimônio Líquido.

Tais mudanças foram relevantes para a Contabilidade, pois possibilitaram diminuir diferenças de informações existentes entre as demonstrações publicadas em diversos países, inclusive no Brasil. Os modelos contábeis adotados influenciavam a qualidade das informações para fins de divulgação das demonstrações, isto é, como os padrões utilizados eram diferentes, isso dificultava a comparabilidade entre os resultados, o desempenho e, principalmente, a eficiência econômica de Empresas que atuavam em vários países. Após a Lei 11.638/07, as Sociedades de Grande Porte, mesmo que não constituídas sob forma de Sociedade Anônima de Capital Aberto e Fechado, foram obrigadas a apresentarem maior transparência em suas demonstrações e controles.

Santos *et al.* (2010) afirmam que a adoção de modelos contábeis diferenciados interfere na qualidade das demonstrações contábeis, em particular quando elas são dadas a conhecimento do público interessado. De acordo com esses autores, tal fato ocorre devido a dificuldades para a avaliação e a comparação

do desempenho e do efeito econômico de Companhias que operam em diversos países, já que elas se submetem a normas distintas.

Assim, considera-se de suma importância que as Empresas – independentemente de serem de Grande Porte, de Capital Aberto, Fechado ou Limitadas – estejam em condições de atuarem de acordo com o que estabelecem as normas internacionais de Contabilidade – IFRS, ou seja, de acordo com moldes contábeis universais.

Evidencie-se que as Empresas, para serem consideradas de Grande Porte, devem possuir ativos superiores a R\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões), ou então receita bruta que supere o valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões), conforme estabelece a Lei 11.638 de 2007, que enquadrou o Brasil às normas internacionais acima citadas. As IFRS impuseram às Companhias supramencionadas novos procedimentos contábeis, os quais tornaram a Contabilidade brasileira, especialmente no que diz respeito às demonstrações contábeis, alinhada com as normas mundiais.

Em relação às Empresas de Grande Porte, conforme pesquisa publicada pela revista Exame, “1000 maiores empresas de 2006”, constatou-se que 20% delas são identificadas como Companhias limitadas e 36% como de capital fechado. Tais empresas se enquadram no parâmetro de receita bruta superior a 300 milhões e ativo total de 240 milhões.

Outro ponto importante para consideração e inserção como Empresas de Grande Porte no grupo das 1000 melhores Empresas privadas ou estatais, levando-se em conta o critério Melhores e Maiores, é a apresentação de faturamento anual de pelo menos 192 milhões de dólares. Leva-se em conta também, para a definição do corpus desta pesquisa, que são consideradas Sociedades de Grande Porte

aquelas que não se encontram enquadradas na Seção 1 da Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 1000 – a qual estabelece critérios para as Pequenas e Médias Empresas.

Nesse contexto, é preciso observar que um dos aspectos ratificados nas normas e destacados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) é o Princípio da Prudência, que versa sobre a atenção no emprego de um grau de precaução nos exames imprescindível às estimativas, em adequadas condições de insegurança. Esse princípio garante que ativos ou receitas não sejam avaliados além do normal e que passivos ou despesas não sejam subavaliados, conforme dispõe o CPC 00 (2008). O uso da prudência não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou de provisões excessivas; também impede a subavaliação de ativos ou de receitas, assim como a superavaliação de passivos ou de despesas sem critérios definidos. Como se vê, sem esse critério, os demonstrativos contábeis perderiam a sua neutralidade e, conseqüente, deixariam de ser confiáveis. O Princípio da Prudência – ou Conservadorismo – assim como dispõe a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº. 750, de 29 de dezembro de 1993, é uma das características necessárias para a confiança apresentada nas demonstrações contábeis.

Como as demonstrações contábeis do lucro revelam também o aspecto prudência, a aplicabilidade das normas observando seus aspectos pode influenciar na forma de interpretação dessas informações por parte de investidores, ou seja, o uso do Conservadorismo pode contribuir para o retorno das ações, em se adotando como referência o lucro contábil. É preciso ressaltar ainda que a regulação e a tributação também são fatores importantes para o resultado do lucro.

Basu (1997) discorre a respeito das informações contábeis e sobre os aspectos relevantes para a tomada de decisão dos investidores, propondo um modelo. Estudos como os abaixo citados, realizados a partir da sua proposição, evidenciam que a Contabilidade reconhece os resultados mais rapidamente quando o mercado de ações recebe más notícias – retorno negativo das ações.

Antunes (2009), por exemplo, compreende que as más notícias podem apresentar futuras perdas, fazendo com que decisões sejam adotadas com certa dose de prudência. Hendriksen e Breda (1999) demonstram com clareza que o Conservadorismo deve privilegiar divulgações financeiras que evidenciem pessimismo em detrimento do otimismo. Devem-se lançar as receitas e ativos com o menor dos vários valores possíveis e o maior dos vários valores possíveis para as despesas e os passivos. O próprio Basu (1997) já apontava anteriormente estudos sobre essa questão, ao investigar o reconhecimento assimétrico em relação às boas e às más notícias. Com esses estudos, o Conservadorismo passou a ser visto como o reconhecimento mais oportuno de más notícias do que de boas notícias.

Watts (1997) define Conservadorismo contábil enfatizando a verificabilidade diferencial necessária para o reconhecimento de lucros em contrapartida às perdas. Para esse autor, tal definição absorve o Conservadorismo tradicional, isto é, mantém o princípio de não antecipar nenhum lucro, mas de antecipar todas as prováveis perdas. Segundo esse teórico, a prática do Conservadorismo parece não apenas ter sobrevivido na contabilização de muitos séculos, como, também, parece ter aumentado nos últimos tempos.

Paulo, Antunes e Formigoni (2008) asseveram que Conservadorismo significa reconhecer as notícias assimetricamente, tendo como relevante finalidade o critério contábil que considera o menor ativo (receita) ou o maior passivo (despesa). Em se

tratando de um reconhecimento simétrico em relação às prováveis boas e más notícias, diferentemente do reconhecimento assimétrico, não existe Conservadorismo.

Na visão de Lopes e Martins (2005), o Conservadorismo é entendido como uma forma de apresentação das informações mais fidedignas e confiáveis aos investidores, as quais não devem figurar, preferencialmente, com excesso de otimismo. Tendendo para esse mesmo pensamento, há na literatura da atualidade análises desenvolvidas no Brasil e em outros países com o mesmo teor, conforme pode ser verificado nos estudos dos seguintes autores: Basu (1997); Watts (2003a); Watts (2003b); Costa (2004); Ball Shivakumar (2005); Paulo *et al.* (2006); Almeida, Scalzer e Costa (2006); Antunes (2007); Santos (2008)..

Ball e Shivakumar (2005) sugerem que as perdas de hoje indicam a probabilidade de perdas econômicas mais prontamente verificáveis do que a sinalização de ganhos amanhã. Os autores apresentam em seus estudos o modelo de Basu (1997) com modificações e reflexões acerca da presença ou não de Conservadorismo nas demonstrações contábeis das Empresas de capital aberto e fechado. Consideram a antecipação de perdas prováveis um ponto decisivo no Conservadorismo.

Para efeito de delimitação deste estudo, foram consideradas Empresas de Grande Porte, incluindo como universo a ser pesquisado tanto as que negociam com ações na Bolsa (capital aberto) quanto as que não negociam com ações (capital fechado e limitadas). Compreende-se como Empresas de capital fechado e de ações limitadas aquelas cujo capital social é representado pelas ações que normalmente estão divididas entre poucos cotistas. Essas cotas ou ações, ao contrário do que

ocorre com uma Empresa de capital aberto, não podem ser comercializadas em Bolsas ou no mercado de balcão.

Conforme expõe o artigo 3º da Lei 11.638, todas as Sociedades Limitadas, assim como aquelas constituídas sob outros moldes mas caracterizadas como de “Grande Porte”, deverão considerar as mesmas regras da Lei 6.404 em relação à sua escrituração contábil e à elaboração das demonstrações financeiras. Além disso, todas devem submeter suas demonstrações a auditoria, seja mediante profissional auditor ou organização registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Ante o exposto, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o efeito das IFRS, após a publicação da Lei 11.638/2007, nas empresas de grande porte em relação ao Conservadorismo contábil? Tal efeito deve ser verificado nos resultados das demonstrações das Empresas de Grande Porte, fazendo-se o cotejo entre as que possuem ações na Bolsa e as que não possuem ações na Bolsa. Parte-se do pressuposto de que as normas internacionais de Contabilidade provocaram e ainda vêm provocando significativas mudanças no meio contábil e nas Empresas que tiveram que se adaptar a essa nova realidade.

Para a realização da pesquisa, foram consideradas as demonstrações contábeis publicadas no período de 2005 a 2010, ou seja, três anos antes das mudanças promovidas pela edição da Lei 11.638/2007 e três anos depois, o que alterou a Lei das Sociedades por Ações. Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo identificar se houve mudanças no grau de Conservadorismo entre as Empresas que possuem ações em Bolsa (de capital aberto) e aquelas que não possuem ações em Bolsa (de capital fechado e limitado) ante essa nova realidade. Assim, com a meta de responder aos questionamentos e de atender aos objetivos

traçados para alcançar os resultados esperados, adotou-se como base a análise do lucro contábil das mil maiores Empresas de Grande Porte em volume de vendas (independentemente de serem de capital aberto, fechado ou limitadas), publicada pela Revista Exame no período estabelecido.

É essencial evidenciar que o alinhamento às novas normas contábeis vem produzindo mudanças relevantes nas práticas contábeis nos padrões adotados nacionalmente, tendo em vista que o Brasil ainda está em fase de adaptação a essa realidade. Este estudo justifica-se, assim, pelas possíveis contribuições para as organizações de uma maneira geral, porque realiza um mapeamento comparativo entre as Empresas e também por compor um aporte aos interessados nos estudos e na aplicação do Conservadorismo. Legitima-se, também, pela importância do tema para o meio científico e acadêmico, tendo em vista que há necessidade de estudos no Brasil sobre as Empresas de Grande Porte fechadas e limitadas, considerando principalmente o seu universo e o período de abrangência.

Portanto, espera-se, com este estudo e com o tema da pesquisa, colaborar para a discussão do nível de Conservadorismo nas demonstrações contábeis divulgadas pelas Empresas de Grande Porte de capital aberto, fechado e limitadas, de acordo com as regras e com as disposições existentes em cada período analisado, ampliando-se perspectivas e motivações para discussões futuras sobre este tema.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 IFRS X CONSERVADORISMO

Santos et al. (2009, p. 48), em suas argumentações, afirmam que a adoção das Normas Internacionais enseja mudanças no mercado e que “A nova lei das S/As determina que as IFRS sejam adotadas como padrão contábil das Empresas abertas e de Grande Porte no Brasil”. Assim, as mudanças são direcionadas para todas as Empresas de Capital Aberto, Fechado, de Grande Porte, assim como para as Pequenas e Médias Empresas, enquadrando-as na condição de competição no ambiente global mundial. Embora a imposição de tais mudanças seja recente e, como dissemos, o Brasil ainda esteja em fase de adequação às novas normas, os autores citam um estudo realizado por Gray, em 1998, sobre as interferências provocadas na cultura dos sistemas contábeis em diversos países. Anos antes da nova lei, o autor classificou o Brasil no grupo dos mais desenvolvidos em relação ao “Conservadorismo”, por tender a apurar lucros inferiores aos sistemas contábeis de influência anglo-americana.

Para Hellman (2008), entre os motivos para a adoção pelos diversos países aos moldes contábeis internacionais, destaca-se o fato de se evitar a aplicação inconsistente e elevada do princípio do Conservadorismo, com o aparecimento de reservas ocultas e com a grande criação de provisões. Quanto ao Brasil especificamente, além de maior transparência nas demonstrações contábeis, Mourad e Paraskevopoulos (2010, p. 5) enumeram algumas questões positivamente importantes para a adesão do país às Normas Internacionais de Contabilidade:

facilidade na captação de crédito em mercado; firmeza na consistência e na modernidade nas Empresas que adotam IFRS; comparabilidade com Empresas do mesmo segmento em outros países; relatórios por segmento, que são um elemento novo para muitos países, entre outras.

Filipin et al. (2012, p. 26) realizaram uma análise do nível de Conservadorismo condicional das Empresas brasileiras relacionadas na BM & Bovespa, após a adoção das IFRS. Os autores consideram que as alterações provocadas pela adesão às normas internacionais trazem melhoria na informação contábil, cabendo a discussão sobre os resultados contábeis e o Conservadorismo. Esses autores inferem que as demonstrações contábeis elaboradas segundo os IFRS são mais conservadoras do que aquelas que são preparadas de acordo com as normas brasileiras (GAAP brasileiros).

## 2.2 CONSERVADORISMO CONTÁBIL

Entre os diversos autores que discutem o Conservadorismo contábil, podem-se relacionar alguns com seus respectivos trabalhos publicados: Basu (1970); Teixeira e Rangel (2003); Costa et al. (2004); Ball e Shivakumar (2005); Costa e Santos (2008); Lima e Coelho (2007); Paulo et al. (2008); Kaiser et al. (2009); Mendonça et al. (2009); Silva et al. (2010); Moreira et al. (2010). Dentre eles, um dos mais frequentemente referenciados em trabalhos é Basu (1997), que argumenta claramente que não se deve antecipar apenas uma, mas todas as perdas. Esse teórico analisa o Conservadorismo contábil por meio de uma regressão reversa, constatando que existe uma possibilidade muito forte entre os contadores de exigirem o máximo em relação ao nível de verificação para reconhecer os ganhos

como boas notícias, em contrapartida ao reconhecimento das más notícias como perdas. Ressalta-se que o Conservadorismo abordado por Basu (1997) tem seu reconhecimento por meio da divulgação de notícias boas ou más.

Hendriksen e Breda (2012, p.105), também em relação ao assunto abordado, apresentam três argumentos que conceituam o Conservadorismo. Um deles diz respeito à relação entre superestimação e subestimação de lucros. Dizem os autores que “a superestimação de lucros e as avaliações são mais perigosas para a Empresa e seus proprietários do que a subestimação. Ou seja, as consequências de perda ou de falência são muito mais graves do que as consequências de ganhos”. Constata-se, assim, que uma defesa consistente do Conservadorismo é que este deve tender mais para o pessimismo do que para o otimismo e que tal atitude serve para o equilíbrio do otimismo dos proprietários e dos administradores.

Outros estudiosos, como Antunes e Medeiros (2011, p. 60), mostram que, na literatura especializada, há três conceitos a respeito do Conservadorismo contábil. O primeiro está relacionado ao maior grau de verificação para reconhecimento de ganhos e de receitas, em contraponto às despesas e às perdas na Demonstração de Resultado. Tal definição está também no estudo de Watts (2003, p. 207). O segundo conceito relaciona-se à postergação de receitas e à antecipação de despesas, conceito que foi apresentado no trabalho de Bliss (1924 *apud* Watts, 2003, p. 208). O terceiro conceito consiste na submensuração do Patrimônio Líquido apresentada por Watts (2003, p. 211).

É possível afirmar, ainda, por meio dos estudos realizados nesta Pesquisa, que o tema Conservadorismo sempre esteve presente nas legislações brasileiras. Por exemplo, na Resolução nº 750 do Conselho Federal de Contabilidade, de 29 de

dezembro de 1993, alterada pela resolução CFC N.º 1.282/10, que tem como denominação de “Princípio da Prudência”, ressalta-se a seguinte disposição:

Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

Nessa Norma consta que, entre as prováveis alternativas de avaliação para o patrimônio, com a mesma validade e com o devido grau de importância, esse princípio deve auxiliar a Contabilidade a escolher, em relação às estimativas em certas condições de incerteza, o menor valor para o ativo e o maior para o passivo.

O Conservadorismo contábil, de acordo com a exposição de Ludícibus (2000, p. 75), consiste basicamente no poder de escolha ou de decisão em relação a várias alternativas. Segundo esse autor, quando há mais de uma opção relevante, deve-se considerar, para o ativo e para as receitas, aquelas que tiverem valor menor; para os passivos e para as despesas, aquelas que tiverem o maior valor.

Costa e Costa (2004) destacaram a utilização do Conservadorismo em cinco países da América do Sul. Empregando o modelo de Basu (1997), eles identificaram divergências entre esses países quanto ao nível de assimetria na importância de reconhecer boas e más notícias pela Contabilidade. Os resultados nesses países indicaram ainda uma baixa relação entre lucro e retorno corrente, ao tempo em que convergiram, especialmente em função de questões estruturais, com a existência significativa do retorno econômico.

Corroborando com os estudos anteriores sobre esse assunto, Gonzaga et al. (2008) argumentam que o Conservadorismo é uma característica que envolve a

publicação das informações contábeis e tem relação com fatores que estão diretamente ligados à Empresa. Conforme os estudos realizados por esses pesquisadores, a literatura especializada nesse assunto prevê distinção clara entre tipos de Conservadorismo, o que envolve o lucro e o balanço. Para desenvolver o trabalho, os autores utilizaram como amostra Companhias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA; seus resultados apontam para sinais da relação do Conservadorismo com os conflitos sobre distribuição de dividendos.

Outra visão anteriormente divulgada e com estreita relação com o Conservadorismo é a de Lopes e Martins (2005). Para eles, o Conservadorismo apresenta para os investidores informações mais confiáveis, por resultar em demonstrações contábeis que não são excessivamente otimistas. Ante o exposto, compreende-se que esse posicionamento aproxima-se de um equilíbrio maior entre o otimismo e o pessimismo nas referidas demonstrações.

Considerando o modelo proposto por Basu (1997), Santos (2008) pesquisou o grau de emprego do Conservadorismo e a conveniência da informação contábil nos demonstrativos contábeis de Empresas brasileiras que utilizavam as normas brasileiras, mas que também emitiam ADR's – *American Depositary Receipts* (as normas americanas). Os resultados obtidos na Pesquisa evidenciaram que não havia diferença no nível de Conservadorismo, mas o lucro contábil, de acordo com as normas brasileiras, seria mais oportuno que o americano.

Nos estudos realizados por Paulo et al. (2008), os resultados assinalaram que, diferentemente das Companhias abertas, as Companhias de capital fechado expõem uma probabilidade menor de reconhecimento adequado das perdas. Nesse sentido, as Empresas de capital fechado tenderam a mostrar-se com menor nível de Conservadorismo nas demonstrações contábeis que as Empresas de capital aberto.

O trabalho publicado por Lima, Fonseca e Brito (2009, p. 13) sugere que os lucros contábeis reportados pelos Bancos em Portugal, no período em que foram realizados os estudos, não exibiam atributos de Conservadorismo condicional. Esse dado foi demonstrado por meio do reconhecimento oportuno das perdas econômicas em relação aos ganhos econômicos.

Considerando a estrutura conceitual básica da Contabilidade, Santos et al. (2010) argumentam que o princípio do Conservadorismo tem normalmente sido evidenciado como a grande alternativa dentre as opções contábeis atuais. Isto porque se trata de um princípio que possibilita a escolha do evento econômico no qual se expõe o menor valor em relação ao patrimônio líquido de uma Empresa. De fato, como já frisado anteriormente, o objetivo primordial do Conservadorismo é o da antecipação do reconhecimento de perdas e nunca de ganhos.

Santos et al. (2010) ainda demonstram em seu trabalho que, com a vigência da Lei 11.638/07, ocorreram alterações no nível de Conservadorismo condicional das Empresas brasileiras que estão listadas na Bovespa. Em relação aos resultados encontrados, eles indicaram que, para as demonstrações contábeis, não ficou claro se as novas normas ocasionaram efeito sobre o grau de Conservadorismo assimétrico em relação às perdas econômicas que ainda não foram realizadas em relação aos ganhos, nem se o lucro contábil reflete de forma oportuna o resultado econômico.

Conforme foi identificado, no Brasil há trabalhos realizados sobre o tema Conservadorismo, além de discussão normativa. Entre tais estudos, Santos et al. (2010, p. 180-181) relacionam conceitos do Conservadorismo aos quais foram feitas inserções de alguns outros trabalhos; os resultados assim se apresentam, conforme ilustrado no Quadro 01:

**QUADRO 1 – PESQUISAS SOBRE O CONSERVADORISMO NO BRASIL**

<b>Autor</b>	<b>Trabalho</b>	<b>Resultados</b>
Brito, Lopes e Coelho (2012)	Conservadorismo nos lucros contábeis dos Bancos no Brasil: a influência do controle estatal.	Os lucros contábeis reproduzidos pelos bancos estatais apresentam maior nível de Conservadorismo condicional do que os lucros contábeis reportados pelos bancos privados.
Santos e Calixto (2010)	Impacto do início da harmonização contábil internacional (lei 11.638/07) nos resultados das Empresas abertas.	Confirma o Conservadorismo contábil brasileiro previsto por Gray.
Kaiser et al. (2009)	Impacto da Regulamentação Contábil sobre o Conservadorismo nas Empresas do Setor Elétrico do Brasil	Existência de um maior aproveitamento do Conservadorismo nas Companhias de energia elétrica em relação a outros setores.
Gonzaga e Costa (2009)	Relação do Conservadorismo contábil com os conflitos sobre as políticas de dividendos entre acionistas minoritários e controladores nas Companhias abertas listadas na Bovespa no período de 1995 a 2006.	Existência da relação entre o Conservadorismo contábil e os conflitos sobre as políticas de dividendos entre acionistas nas Empresas pesquisadas.
Moreira et al. (2009).	O Conservadorismo e a qualidade informacional dos resultados contábeis publicados por Siderúrgicas brasileiras.	Não há reconhecimento do retorno econômico em função do lucro, tanto para retornos positivos quanto para os retornos negativos, pois os coeficientes que medem o Conservadorismo contábil não são estatisticamente significantes para todas as Empresas.
Coelho e Lima (2008)	Diferença no Conservadorismo condicional na divulgação de lucros entre Companhias abertas brasileiras emissoras e não emissoras de ADRs.	Não evidenciaram antecipação tempestiva assimétrica de perdas econômicas apresentadas nos balanços abertos, listados na BOVESPA em todos os grupos de listagem das firmas
Paulo et al (2008)	O Conservadorismo contábil nas Companhias abertas e fechadas brasileiras.	As Companhias fechadas evidenciam menor probabilidade de reconhecimento oportuno das perdas e, por isso, possuem menor grau de Conservadorismo que as Companhias abertas.
Gonzaga (2008)	A relação entre Conservadorismo contábil e os conflitos entre acionistas sobre políticas de dividendos e o custo da dívida.	Indícios da relação entre Conservadorismo e conflitos sobre políticas de distribuição de dividendos.
Mendonça (2008)	O impacto da Lei Sarbanes-Oxley (Sox) no Conservadorismo contábil das Empresas brasileiras que emitiram ADR antes de 2002.	Sugerem indícios de aumento do Conservadorismo brasileiro a partir de 2002, mas por outros motivos econômicos que não ocasionados pelo efeito SOX.
Costa (2008)	O impacto da regulação diferenciada sobre o Conservadorismo nas Empresas brasileiras no período de 1996 a 2006.	Não revelam indícios de que as Empresas de setores mais regulados apresentem maior nível de Conservadorismo.

Santos e Costa (2008)	Conservadorismo contábil e <i>timeliness</i> : evidências empíricas nas demonstrações contábeis de Empresas brasileiras com ADRs negociados na bolsa de Nova Iorque.	Não há diferença no nível de utilização do Conservadorismo e indicam ainda que o lucro contábil ,segundo o modelo brasileiro, seria mais oportuno do que o norte-americano.
Antunes (2007)	O impacto da adesão aos níveis de governança da BOVESPA na qualidade da informação contábil.	Os resultados, além de amparados por controles estatísticos e amostrais, mostram-se compatíveis com diversas pesquisas brasileiras.
Coelho (2007)	Resultados contábeis das Companhias de Capital Aberto e Fechado, publicados no Brasil.	Reconhecimento tempestivo e assimétrico de perdas econômicas, na ocorrência de sinais contemporâneos de mau desempenho, entre o período de 1995 a 2004.
Costa (2004).	A aplicação do Conservadorismo em cinco países da América do Sul.	Baixa relação entre lucro corrente e retorno corrente.

Fonte: Santos et al. (2010): Dados organizados pelo autor da atual Pesquisa (2013)

Diante do que foi apresentado, verifica-se que muitas pesquisas são realizadas envolvendo o Conservadorismo contábil. O resultado de cada uma delas depende sempre de variáveis, tais como regulação, forma de constituição, se de capital aberto ou fechado, lucro contábil, dentre outros. Na prática, pode-se dizer que o Conservadorismo é uma importante característica das informações financeiras e guarda estreita ligação com fatores diretamente ligados às Companhias.

Verifica-se, portanto, que o uso do Conservadorismo contábil na apuração de resultados sempre priorizará os menores valores para o ativo e para as receitas e os maiores valores para o passivo e para as despesas. Além disso, o reconhecimento de resultados negativos deve ser sempre maior que o reconhecimento de retornos.

Entre os estudos realizados no Brasil, o Conservadorismo condicional (Princípio da Prudência) foi reforçado com a alteração do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, realizada pela Lei nº 11.638/07. De certa forma, elimina-se, com isso, o critério do Conservadorismo condicional em relação às aplicações direcionadas à negociação ou à disponibilidade para venda de ações da empresa no mercado. Já a

Instrução Normativa 469/08 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deliberou que os dados integrantes, tanto do ativo quanto do passivo, quando possuírem efeitos relevantes, deverão ser ajustados ao valor presente.

### 2.3 CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A finalidade primordial das demonstrações contábeis encontra-se expressa nos vários documentos que regulam a atividade contábil. Seu objetivo é fornecer aos usuários internos e externos da Contabilidade subsídios necessários ao processo de tomada de decisão em relação à situação patrimonial da Empresa. As informações apresentadas podem ou não refletir a realidade da Empresa, e fatores como financiamentos, tributação excessiva, legislação fiscal, resoluções contábeis e a presença ou ausência do Conservadorismo influenciam decisivamente a qualidade de tais informações.

Hellman (2008) argumenta que aqueles que são responsáveis por preparar as demonstrações financeiras estão lidando com incertezas das quais constantemente fazem parte acontecimentos e circunstâncias diversas. Todas essas incertezas devem ser reconhecidas quando da publicação das demonstrações e da sua natureza; daí a importância do princípio da prudência na sua preparação.

Há vários fatores que influenciam a transparência e a maneira de interpretar as demonstrações contábeis, as quais podem ser identificadas como conservadoras ou não conservadoras. Cita-se como exemplo o lançamento de futuras perdas ou lucros, que poderá influenciar tanto os usuários internos quanto os externos. Nesse sentido, percebe-se que as Empresas podem ser influenciadas de tal maneira que, para apresentarem um bom resultado financeiro e atenderem aos usuários externos

com informações contábeis, os gestores, em momentos oportunos, podem direcionar seus cálculos ao gerenciamento de lucros.

Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 205), o destino principal das demonstrações contábeis são os usuários externos de dados contábeis. Assim, os profissionais da Contabilidade precisam prover os administradores de ferramentas e de materiais para fins de controle e de tomada de decisões. O usuário é o único agente que pode atribuir valor à Contabilidade e a todo o planejamento contábil, desde a elaboração do plano de contas até a elaboração dos relatórios finais. É possível afirmar, nesta linha de análise, que há uma importância muito grande em se buscar uma maior aproximação entre a Contabilidade e seu usuário, para que as necessidades deste sejam identificadas e atendidas com maior eficácia, o que significa dizer com informações precisas e de qualidade.

Na mesma tendência dos estudos apresentados anteriormente, Mourad e Paraskevopoulos (2010) também atribuem ênfase à divulgação respaldada pelas Normas Internacionais. Isto porque a finalidade fundamental das demonstrações contábeis é a de fornecer informações sobre a situação financeira, patrimonial de determinada entidade, assim como sobre o seu desempenho e alterações ocorridas. Torna-se necessário, portanto, aprofundar reflexões acerca do Conservadorismo como modo de apresentar informações.

Outro ponto a se observar em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis diz respeito à transparência das grandes Empresas brasileiras de Capital Fechado, consideradas de Grande Porte. Antes da adesão do Brasil às IFRS, por força da sua constituição, tais entidades não eram obrigadas a divulgar seus resultados. Essa lacuna, além de representar privilégio em relação às Empresas constituídas como Sociedades de Capital Aberto – desde sempre obrigadas a

divulgar suas demonstrações – estabelecia um grande obstáculo para estudos relevantes em relação ao desempenho da economia (BRAGA; ALMEIDA, 2008).

## 2.4 A INFLUÊNCIA DA REGULAÇÃO NO CONSERVADORISMO CONTÁBIL

Na pesquisa sobre regulação apresentada por Coelho e Lima (2007), avaliou-se o aspecto do Conservadorismo nos resultados das demonstrações contábeis divulgadas no Brasil pelas Sociedades que possuem ações. Esses autores são contundentes no estabelecimento de princípios ou de convenção do Conservadorismo. Eles expõem que o significado conservador das normas mantém uma estreita relação entre realizar ajustes nos fluxos de caixa e confrontar despesas e receitas, e não o de abreviar futuras perdas prováveis aferidas e estimadas a partir de eventos contemporâneos.

Em relação a outros países, o Brasil possui uma extensa integração regulatória. Por isso, a regulação está entre as principais características da Contabilidade brasileira. Além de órgãos reguladores de conhecimento geral – a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), o Banco Central do Brasil (BACEN), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) – em 2005, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tem por objetivo realizar estudos e emitir normas de Pronunciamentos Técnicos de Contabilidade, especialmente em relação à IFRS.

A regulamentação contábil é estudada por vários autores do Brasil e de outros países, que admitem a sua relevância, pois impactam diretamente nas informações

contábeis das Companhias (LOSS; SARLO NETO et al., 2002; COSTA; COSTA, 2004; COSTA et al., 2008).

Nesse mesmo diapasão, Carvalho et al. (2011) argumentam que a implementação da Lei nº 11.638/2007 permitiu a eliminação de muitos empecilhos regulatórios que impediam a adequação das Companhias brasileiras às normas contábeis internacionais. Essa convergência, além de facilitar o acesso das Empresas nacionais aos mercados externos e de atrair capitais estrangeiros para o país, incluíram, também, as Sociedades de Grande Porte nesse processo, colaborando para uma melhor transparência das demonstrações contábeis.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e adota o método quantitativo, buscando novos conhecimentos em relação ao uso do Conservadorismo no âmbito das Companhias que possuem ações na Bolsa e daquelas que não as possuem. Foi utilizado o banco de dados, disponibilizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), empregando como parâmetro de classificação o ranking das mil maiores Empresas em operação no Brasil, considerando-se o volume de vendas apresentado pela revista Exame Melhores e Maiores. Para a realização dos comparativos e para a regressão, foram utilizados os dados apresentados nas colunas “Lucro Líquido”, “Patrimônio Líquido” e “Empresas que possuem ações na Bolsa”.

Segundo a Revista Exame Melhores e Maiores, para a classificação, avaliação e publicação das Empresas, foi realizado um levantamento de dados de mais de 3000 Empresas e dos maiores grupos privados do Brasil. Para os dados, consideraram-se todas as demonstrações contábeis publicadas no Diário Oficial dos Estados até o mês de maio do ano anterior ao da pesquisa. Também foram incluídas as Companhias limitadas que enviaram seus resultados voluntariamente para análise de *melhores e maiores* e responderam aos questionários elaborados para esse fim. Foram ainda levadas em conta Empresas de porte significativo e bem conhecidas no mercado, mas que preferem não tornar públicas as suas demonstrações. Nesse caso, já que elas não publicam os resultados, foi feita uma estimativa de seus faturamentos. É importante salientar que, conforme os executores da pesquisa, todos os valores publicados foram ajustados considerando

a variação da inflação para o dia 31 de dezembro do ano avaliado. Ainda segundo os pesquisadores responsáveis pelo levantamento dos dados, esse procedimento evita que Empresas sejam prejudicadas ou beneficiadas em função de o fechamento do balanço ocorrer em data anterior ou posterior à da maioria. Outro ponto importante para a consideração de *melhores e maiores* – ou seja, para ser considerada uma das 1000 maiores Empresas privadas ou estatais – implicava na constatação de um faturamento anual de pelo menos 192 milhões de dólares, como se disse anteriormente.

Para reforçar este estudo, além dos dados primários, realizou-se, ainda, levantamento de dados secundários acerca da prática do Conservadorismo nas demonstrações contábeis, de acordo com diversos autores especialistas no tema tratado. Procurou-se verificar, assim, o grau da presença do Conservadorismo em Empresas que possuem ações na Bolsa (capital aberto) e nas que não possuem ações na Bolsa (capital fechado e limitadas), após as mudanças ocorridas com o processo de internacionalização da Contabilidade, efetivamente concretizada com a publicação da Lei 11.638/07 e, posteriormente, com a publicação e aplicação dos Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Para a coleta dos dados secundários, foi realizada uma pesquisa sobre o tema em artigos, periódicos, livros, nas dissertações e nas teses que utilizavam como referencial teórico principal o Conservadorismo contábil e o conteúdo das informações contábeis. Ademais, foram levantadas informações contábeis em relação aos lucros, a fim de se construir uma base de dados sobre o grau de Conservadorismo nas demonstrações contábeis das empresas de grande porte, considerando as alterações na Contabilidade brasileira a partir de 2007.

Para o entendimento do que representa Conservadorismo e a sua mensuração, adotou-se como uma das principais referências os estudos realizados por Basu (1997), autor importante para a área, por ter criado um modelo de Conservadorismo para medir variáveis de mercado. Para medir variáveis que não são de mercado, foi apresentado outro modelo por Ball e Shivakumar (2005). Como esse modelo permite a utilização de variáveis que não são de mercado, foi aplicado ao contexto das Companhias fechadas e abertas para avaliar o grau de Conservadorismo nelas existente.

Esta Pesquisa analisou os resultados das Empresas que possuem ações na Bolsa e o daquelas que não as possuem, envolvendo o intervalo relativo ao período de 2005 a 2010. Foi feito um comparativo entre os dois períodos, ou seja, antes e após a publicação da Lei 11.638/07, considerando-se o período anterior e o posterior à vigência da Lei.

Em relação ao universo pesquisado, para se obter uma amostra segura e que propiciasse uma comparação, período a período, foram separadas e retidas as mil Empresas. Para comparabilidade entre as demonstrações, no entanto, só permaneceram na amostra as Empresas que repetiram os dados desde 2005, o que resultou num total de 371 Empresas. Dentre elas, 84 possuem ações e 287 não possuem ações na Bolsa. Quanto ao período – antes e depois da Lei –, foram calculados três anos antes da vigência e três depois de a Lei entrar em vigor.

Para a realização dos testes, constituíram-se pressupostos em relação ao Conservadorismo, como o de que este só poderia ser mensurado de maneira condicional, de forma tal que a antecipação de registros sobre eventos futuros seria assimétrica, reconhecendo-se, em especial, as perdas econômicas.

Este trabalho segue a mesma linha de raciocínio dos estudos realizados por Coelho e Lima (2007), Paulo, Antunes e Formigoni (2008). Para eles, os modelos de Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005) indicam que a ocorrência das perdas atuais torna a possibilidade de perdas econômicas mais facilmente verificáveis do que a sinalização de ganhos futuros. Dessa forma, o objetivo da presente Pesquisa concentrou-se na realização de testes que pudessem captar o grau de Conservadorismo contido nos lucros publicados nos resultados pelas Companhias que possuem ações na Bolsa e por aquelas que não as possuem, adotando como referência o período anterior e o posterior às mudanças ocorridas na Contabilidade do Brasil, ou seja, antes e após 2007.

Compreende-se que o modelo original de Basu (1997), por não levar em consideração variáveis como observação no mercado de capitais (que possuem ações na Bolsa), inviabiliza a análise das Companhias Fechadas ou, como no caso desta Pesquisa, as Empresas que não possuem ações em Bolsa de valores. Portanto, como afirma Paulo et al (2008), ainda que largamente empregado em várias pesquisas, conforme também afirmavam outros autores como Lara e Mora (2004), o modelo apresentado por Basu (1997) não é adequado aos propósitos de estudos que envolvam Companhias de Capital Fechado, pois estes necessitam de variáveis observáveis no mercado de capitais. Assim, torna-se impraticável o emprego desse modelo para os estudos que envolvam o contexto de Companhias abertas e fechadas.

Por essa razão, optou-se pelo modelo desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005), que usam como variáveis a oscilação do lucro e imprimem condições para identificar o grau de Conservadorismo por meio de ganhos e de perdas nos resultados contábeis. Compreende-se que esse último modelo se apresenta em

condições de utilização no contexto das Companhias fechadas e abertas, no caso deste estudo, para as Empresas que possuem ações na Bolsa e para aquelas que não as possuem. O modelo original de Basu (1997), depois de modificado por Ball e Shivakulmar (2005), foi apresentado da seguinte forma:

**QUADRO 2 - MODELO DE BALL E SHIVAKUMAR (2005) (1):**

$$\Delta LC_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 * Dum\Delta LC_{i,t-1} + \alpha_2 * \Delta LC_{i,t-1} + \alpha_3 * Dum\Delta LC_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t}$$

Onde:

$\Delta LC_{it}$  = Variação do lucro líquido (contábil) da empresa i no ano t-1 para o ano t, ponderada pelo ativo total no início do ano t;

$\Delta LC_{i,t-1}$  = Variação no lucro líquido (contábil) da empresa i do ano t-2 para o ano t-1 ponderada pelo valor do ativo total no início do ano t-1;

$Dum \times \Delta LC_{i,t-1}$  = Dum indica variável Dummy para indicar se a variação no lucro líquido contábil da empresa i do ano t-1 para o ano t negativo; assumindo valor 1 se  $\Delta LC_{it} < 0$  e 0 nos demais casos;

$\varepsilon_{it}$  = Termo de erro da regressão.

Nota: Forma de apresentação do modelo conforme Costa (2008, p.9) e adaptado pelo autor da presente pesquisa.

Conforme se pode perceber no modelo (Quadro 2) apresentado por autores Ball e Shivakumar (2005), o coeficiente  $\alpha_2$  aponta no sentido de que os efeitos contábeis positivos serão revertidos no próximo período. Como o reconhecimento de receitas são mais examináveis, os resultados positivos constituem um componente persistente do lucro contábil, tendendo a não reversão. Nesse sentido, esperava-se que o coeficiente  $\alpha_2$  não fosse estatisticamente significativo. Já para o coeficiente  $\alpha_3$ , esperava-se reversão dos resultados negativos. Para as despesas serem reconhecidas, não existe uma verificação exacerbada. Por isso os resultados negativos podem ser revertidos nos períodos posteriores. Portanto, esperava-se, conforme os estudos apresentados por Ball e Shivakumar (2005), assim como Costa (2008, p.9), que o coeficiente  $\alpha_3$  fosse estatisticamente negativo, ou seja, que

houvesse reversão, de modo que o lucro caísse ao provisionar despesas e subisse quando elas não ocorressem.

Assim, o modelo que serve para este estudo é descrito com as adaptações necessárias para as Empresas que possuem ações na Bolsa e para as que não possuem essas ações. Como um dos interesses principais desta Pesquisa é diferenciar o Conservadorismo contábil entre esses dois perfis de Empresa, antes e após a publicação da Lei 11.638, foram considerados os modelos de reversão de componentes transitórios do lucro propostos por Basu (1997), modificados por Ball e Shivakumar (2005), os quais incluíram no modelo uma variável binária interativa. Tal variável discrimina as Empresas segundo sua forma societária (1 se a Empresa for de Capital Fechado, 0 se for de Capital Aberto), resultando na fórmula abaixo apresentada:

**QUADRO 3 - MODELO DE BALL E SHIVAKUMAR (2005) MODIFICADO, QUE CAPTA O COMPORTAMENTO DIFERENCIADO DO CONSERVADORISMO INCLUINDO EMPRESAS QUE POSSUEM E NÃO POSSUEM AÇÕES EM BOLSA:**

$$VLC_{i,t} = \alpha_0 + \alpha_1 * DVLC_{i,t-1} + \alpha_2 * VLC_{i,t-1} + \alpha_3 * VLC_{i,t-1} * DVLC_{i,t-1} + \alpha_4 * DPR + \alpha_5 * DPR * DVLC_{i,t-1} + \alpha_6 * DPR * VLC_{i,t-1} + \alpha_7 * DPR * VLC_{i,t-1} * DVLC_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t}$$

Fonte: Ball e Shivakumar, adaptado pelo autor da atual Pesquisa

$VLC_{i,t}$  =Variação do Lucro Líquido (Contábil) da Empresa  $i$ , do ano t-1 para o ano t, ponderada pelo valor do Ativo no início do ano t ;

$VLC_{i,t-1}$  = Variação do Lucro Líquido (Contábil) da Empresa  $i$ , do ano t-2 para o ano t-1, ponderada pelo valor do Ativo no início do ano t;

$DVLC_{i,t-1}$  = Variável *Dummy* para indicar se a variação do Lucro Contábil da Empresa no ano  $t-2$  para o ano  $t-1$  é negativa, assumindo valor 1 se  $VLC_{i,t} < 0$ , e

0 nos demais casos;

$DPR$  = variável *Dummy* para indicar se a Empresa não possui Ações na Bolsa, assumindo o valor 1 e se possuir Ações na Bolsa o valor 0

$\alpha_1, \alpha_2, \alpha_3, \alpha_4, \alpha_5, \alpha_6$  e  $\alpha_7$  = estimadores dos coeficientes;

$\varepsilon_{i,t}$  = termo de erro estatístico.

Esta pesquisa segue, portanto, a mesma linha de raciocínio apresentada no estudo de Paulo (2008), o qual tinha como objetivo identificar as diferenças significativas entre as Companhias Fechadas e as Abertas. Levando-se em consideração o Conservadorismo Contábil, percebeu-se que a diferenciação básica entre as Companhias Abertas e as Fechadas estava entre os interceptos.

Para a diferença entre os anos, acrescentou-se outra *dummy*  $DPR$ , que foi útil para estabelecer uma interação entre as Empresas que possuem Ações na Bolsa e as que não as possuem, antes e após a Lei, acrescentando na equação +  $\alpha_5 * DPR * DVLC_{i,t-1}$

Para identificar os efeitos da Lei 11.638, foi utilizada, seguindo o mesmo raciocínio de Santos et al., (2010) e de Mendonça (2008), outra variável *dummy*, denominada  $D \cdot LEI$  (*dummy ano*), que atribuiu o valor 1 para os anos de 2008, 2009 e 2010 (após a promulgação da Lei 11.638) e 0 para os demais casos.

Também com o objetivo de demonstrar maior consistência ao estudo, foi realizada outra regressão dos dados em painel, incluindo outra variável para fazer a relação Lei x Lucro Líquido Contábil ( $D \cdot LEI * VLC$ ) e utilizando-se o modelo GLS de

Efeito Fixo e Aleatório. Dessa forma, apresenta-se abaixo o modelo final, utilizado nesta Pesquisa:

$$VLC_{i,t} = \alpha_0 + \alpha_1 * DVLC_{i,t-1} + \alpha_2 * VLC_{i,t-1} + \alpha_3 * VLC_{i,t-1} * DVLC_{i,t-1} + \alpha_4 * DPR * DVLC_{i,t-1} * VLC_{i,t-1} + \alpha_5 * D * LEI * DPR * DVLC_{i,t-1} * VLC_{i,t-1} + \alpha_6 * DPR * D * LEI * DVLC_{i,t-1} * VLC_{i,t-1} + \alpha_7 * DPR * VLC_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t}$$

em que:

$VLC_{i,t}$  = Variação do Lucro (Contábil) da Empresa  $i$ , do ano  $t-1$  para o ano  $t$ ;

$VLC_{i,t-1}$  = Variação do Lucro (Contábil) da Empresa  $i$ , do ano  $t-2$  para o ano  $t-1$ ;

$DVLC_{i,t-1}$  = Variável *dummy* para indicar se existe variação negativa do Lucro Contábil no ano  $t-1$  para o ano  $t$ , assumindo valor 1 se  $VLC_{i,t-1} < 0$ , e 0 nos demais casos;

$DPR$  = variável *dummy* para indicar se a Empresa não possui Ações na Bolsa, assumindo o valor 1 e, se possui Ações, o valor 0

$D \cdot LEI$  = variável *dummy* antes e depois da Lei

$\alpha_1, \alpha_2, \alpha_3, \alpha_4, \alpha_5, \alpha_6$  e  $\alpha_7$  = estimadores dos coeficientes;

$\varepsilon_{i,t}$  = termo de erro estatístico.

Procurando responder à questão proposta pela Pesquisa, foi utilizado o modelo de Ball e Shivakumar (2005), pois em relação aos estudos existentes na literatura, esses estudiosos tratam o citado modelo como *proxy* da qualidade do lucro. Assim, a hipótese da Pesquisa ficou estabelecida da seguinte forma:

H0: A adesão do Brasil às IFRS provocou mudanças significativas no grau de Conservadorismo nos resultados existentes nas demonstrações contábeis em relação aos lucros das Empresas que possuem Ações na Bolsa e daquelas que não as possuem.

## 4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O objetivo deste trabalho é medir o impacto da Lei 11.638 no grau de Conservadorismo nos Resultados das Demonstrações Contábeis. Para o teste t, foram utilizadas apenas empresas que se repetiram nos anos de 2007 e 2008 e que estavam listadas na bolsa, conforme tabela 1:

**TABELA 1 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA (TESTE T) - DIFERENÇA DE MÉDIA EM AMOSTRAS EMPARELHADAS**

	<b>Lucro Líquido (em R\$ mil - nominais) - 2007</b>	<b>Lucro Líquido (em R\$ mil - nominais) - 2008</b>
<b>Média do lucro líquido</b>	656.647	656.947
<b>Desvio Padrão</b>	2.777.326	3.800.888
<b>Observações</b>	131	131
<b>Hipótese da diferença de média é igual a 0 (zero)</b>		
<b>Stat t</b>	-0,0022	
<b>P(T&lt;=t) bi-caudal</b>	99,82%	
<b>t crítico bi-caudal</b>	1,448087826	

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa

Utilizando o teste t para amostras emparelhadas, em que a hipótese de teste demonstra que não há alteração da média do ano de 2007 para o ano de 2008, conclui-se que não há evidências desta alteração porque estatisticamente as duas médias são semelhantes. Pode-se assim justificar que a Lei 11.638/07 não afetou as demonstrações de resultado das companhias que foram obrigadas a segui-la.

Os dados da estatística descritiva e do teste de média da variável (“Variação no Lucro Líquido Contábil – VLC”), para Companhias que não possuem Ações na Bolsa e para as Companhias detentoras dessas Ações, encontram-se demonstrados na Tabela 1, que se refere ao Teste da diferença Média da

Variável Lucro Líquido em Amostras Emparelhadas, e na Tabela 2, que apresenta apenas a Média do Lucro Líquido.

Conforme a tabela 1, observou-se que a diferença entre as médias é de 34.579,5. Entretanto, quando se analisa o Coeficiente de Variação (CV), para saber se essa diferença é representativa, encontra-se CV de 0,15%% antes da Lei, e CV de 0,39% após a Lei. Observou-se que houve Dispersão Baixa nos dois casos, o que não configura, quantitativamente, determinante para as análises estatísticas. Com isso, pode-se inferir que as médias são iguais estatisticamente e que a implantação da Lei ainda não permite concluir se ela tem afetado o grau de Conservadorismo existente entre as Empresas estudadas.

**TABELA 2 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA APENAS A MÉDIA DO LUCRO LÍQUIDO**

	<b>Capital Aberto</b>	<b>Capital Fechado / Limitadas</b>
<b>Média Lucro Líquido</b>	103.293,7	866.806,5
<b>Número de Observações</b>	1149	335
<b>Desvio Padrão</b>	(315.699,4)	(3.890.077)
<b>Hipótese da diferença de média é igual a 0 (zero)</b>		
<b>Stat t</b>	0.0000	
<b>P(T&lt;=t) bi-caudal</b>	99.9997%	
<b>t crítico bi-caudal</b>	1.4480878260	

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa (2013)

Para entender se as Empresas que possuem Ações na Bolsa são ou não mais conservadoras em relação ao Lucro Líquido do que aquelas que não possuem Ações na Bolsa, observou-se a média do Lucro Líquido e a diferença entre Empresas, que é de 763.512,8. Assim, mesmo com diferença entre as amostras, a proporcionalidade permite verificar uma grande distinção para o Desvio Padrão, o

que significa que, após a Lei, o comportamento das Empresas parece apresentar-se mais próximo da média, situação contrária à indicada anteriormente.

**TABELA 3 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA CONSIDERANDO O LUCRO LÍQUIDO PONDERADO PELO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Companhia com Ações		Companhia sem Ações		Antes da Lei	Após a Lei
Média LL	0,1299	0,2022		0,375	0,1228
Desv Padrão	0,3487	2,5004		3,4843	1,5536
Mínimo	-3,11	-13,1		-8,26	-13,1
Máximo	1,9	66,5		66,5	46,71
Nº de Observ	335	1149		371	1113

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa (2013)

**TABELA 4 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA – CORRELAÇÃO**

Correlação	LC/PL	Lei	Variação (t-1)/PL	Variação (t-2)/PL
LC/PL	1			
LEI	-0,0495	1		
Variação (t-1)/PL	0,02457	-0,0706	1	
Variação (t-2)/PL	0,6328	-0,0321	0,6483	1

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa (2013)

A análise dos dados apresentados nas Tabelas 3 e 4 indica que as Companhias detentoras de Ações na Bolsa apresentam média de Lucro Líquido ponderado pelo patrimônio líquido de 0,1299, desvio padrão 0,3487, Mínimo de -3,11 e Máximo de 1,9. Em relação às Companhias que não possuem Ações na Bolsa, essas apresentaram média de 0,2022, desvio padrão de 2,5004, mínimo de -13,11 e máximo de 66,5. Quando se comparam as duas características quanto à média, constata-se que são semelhantes estatisticamente, em razão do tamanho do desvio padrão das Companhias que não possuem Ações na Bolsa.

Ao analisar-se o efeito da Lei 11.638 de 2007, tem-se que a média antes dela era de 0,375 e, após, de 0,1228. Mesmo essa diferença sendo de 0,2522, ela é o dobro da média após a Lei. Assim sendo, os números são semelhantes, estatisticamente, devido ao alto resultado apresentado do desvio padrão dos dois grupos – 3,4843 antes da Lei e 1,5536 após a Lei: mínimo -8,26 antes da Lei e -13,1 após a Lei, máximo 66,5 antes da Lei e 46,71 após a Lei.

A correlação entre o Lucro Líquido ponderado pelo patrimônio líquido com a *Dummy* da Lei é baixa, -0,0495; com a variação (t-1) do Lucro Líquido ponderado pelo patrimônio líquido também se apresenta baixa, ou seja: 0,02457. A única média que apresentou uma correlação significativa foi a variação (t-2) do Lucro Líquido ponderado pelo patrimônio líquido, que apresentou 0,6328. A *Dummy* que representa a Lei 11.638/2007 apresentou correlação baixa e negativa com as variáveis, variação (t-1) do Lucro Líquido (LC) ponderado pelo patrimônio líquido (PL) de -0,0706, e as variações (t-2) do Lucro Líquido ponderado pelo Patrimônio Líquido de -0,0321. A correlação entre a variação (t-1) do Lucro Líquido ponderado pelo patrimônio líquido com a variação (t-2) do Lucro Líquido ponderado pelo patrimônio líquido é alta e positiva de 0,6483, o que significa uma correlação alta e positiva, ou seja, as variáveis alteram-se de forma semelhante.

**TABELA 5 – REGRESSÃO DO RESULTADO CONSIDERANDO O LUCRO LÍQUIDO**

Equação:  $\text{Variação do Lucro Líquido}_{i,t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 * \text{Variação do Lucro Líquido}_{i,t-2} + \alpha_2 * \text{Lucro Negativo} * \text{VLC}_{i,t-2} + \alpha_3 * \text{Lucro Negativo} * \text{VLC}_{i,t-2} * \text{LC}_{t-2} + \alpha_4 * \text{Ações} + \alpha_4 * \text{Lei} + \varepsilon_{i,t}$

Variáveis Independentes	Variável Dependente: Variação do Lucro Líquido(t-1)	
	Efeito Fixo	Efeito Aleatório
VLC - Variação do Lucro Líquido (t-2)	0.6931 *** (0.0370)	0.6746 *** (0.0304)
Lucro Negativo * Variação LC (t-2)	-0.0699 (0.0718)	-0.0916 (0.0585)
Lucro Negativo * Variação LC (t-2) * LC (t-2)	-0.0000 *** (0.0000)	-0.0000 *** (0.0000)
Ações	-11555,73 (757528.4)	-5347,6 (35502.77)
Lei	-4071,356 (39356.79)	-4336,884 (34225.48)
Constante	382,7244	203,6381

**Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa (2013)**

Nota:\*\*\*, \*\* e \* , significante a 1% , 5% e 10%, respectivamente. Desvios-padrão entre parênteses. Painel abrangendo os anos de 2008 a 2010, contendo 371 Empresas por ano. Número de observações 1484

Constata-se também, conforme tabelas 05 e 06, que, na regressão realizada, considerando-se tanto a variação do Lucro Líquido quanto a variação do Lucro Líquido Ponderado, respectivamente, conforme modelo apresentado por Ball e Shivakumar (2005), a variação do Lucro Líquido é significativa: 1%, 5% e 10%. Tal variação é apresentada em formato de Painel e abrangendo o período de 2007 a 2010.

**TABELA 6 – REGRESSÃO DO RESULTADO CONSIDERANDO O LUCRO LÍQUIDO PONDERADO PELO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Equação:  $(\text{Variação do Lucro Líquido}_{i,t-1})/PL = \alpha_0 + \alpha_1 * (\text{Variação do Lucro Líquido}_{i,t-2})/PL + \alpha_2 * \text{Lucro Negativo} * (\text{VLC}_{i,t-2})/PL + \alpha_3 * \text{Lucro Negativo} * (\text{VLC}_{i,t-2})/PL * (\text{LC}_{t-2})/PL + \alpha_4 * \text{Ações} + \alpha_5 * \text{Lei} + \varepsilon_{i,t}$

Variáveis Independentes	Variável Dependente: Variação do Lucro Líquido(t-1)/PL	
	Efeito Fixo	Efeito Aleatório
Variação do Lucro Líquido(t-2)/PL	0.5608 *** (0.0321)	0.5009 *** (0.0271)
Lucro Negativo * Variação LC (t-2)/PL	0.027 (0.0394)	0.0161 (0.0345)
Lucro Negativo * (Variação LC (t-2)/PL) * (LC (t-2)/PL)	0.0373 *** (0.0045)	0.0381 *** (0.0037)
Ações	0.0077 (0.6476)	-0.0141 (0.0320)
Lei	-0.0798 ** (0.0336)	-0.0838 (0.0320)
Constante	0.0753 (0.1478)	0.0836 (0.0287)
Hausman Test	X <sup>2</sup> = 52.92	Prob> X <sup>2</sup> = 0.0000

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa (2013)

Nota:\*\*\*, \*\* e \* , significativa a 1% , 5% e 10%, respectivamente. Desvios-padrão entre parênteses. Painel abrangendo os anos de 2007 a 2010, contendo 371 Empresas por ano. Número de observações 1484

Analisando os resultados conforme o modelo escolhido, encontrou-se que a Variação no Lucro Líquido de dois anos (por exemplo, Lucro Líquido 2010 – Lucro Líquido 2008) mostrou-se significativa estatisticamente, com efeito fixo e também com efeito aleatório, sendo o coeficiente de 0,6931 para efeito fixo e de 0,6746 para efeito aleatório. Outra variável estatisticamente expressiva para medir o grau de

Conservadorismo foi a interação da *Dummy* de Lucro Negativo com a variável Variação do Lucro Líquido de dois anos e também com o Lucro Líquido de dois anos atrás, com coeficiente de 0,0000, que, apesar de ser um valor pequeno, é multiplicado por um valor grande. Logo, torna-se um valor representativo.

Realizou-se também o Teste de Hausman, a fim de verificar se havia diferença entre as regressões. Esse teste ajudou a avaliar se o modelo estatístico apresentado correspondia aos dados. Especificamente no presente caso, a aplicação do teste visou verificar se há diferença entre a estimação com Efeito Fixo e a com Efeito Aleatório, a fim de avaliar se existe diferença entre os resultados. Pela análise, ficou claro que não há diferença estatisticamente significativa entre os modelos.

Além das análises realizadas, também foi utilizada uma regressão dos dados em painel, incluindo outra variável para fazer a relação Lei x Lucro Líquido ( $D.LEI*LC$ ), utilizando-se o modelo GLS de Efeito Fixo e Aleatório. De posse dos dados das estimativas, realizou-se novamente o Teste de Hausman para determinar qual modelo utilizar. Como  $H_0$  não foi rejeitada no Teste, então se utilizou o modelo de Efeito Aleatório. Assim, foram utilizados os modelos apresentados no Quadro 4.

#### QUADRO 4 - DESCRIÇÃO DAS DUMMIES PARA A NOVA REGRESSÃO:

**DUMMY 1:** D-PR - Variável *dummy* para indicar se existe variação negativa do lucro contábil no ano t-1 para o ano t, assumindo valor 1 se  $VCL_{i,t-1} < 0$ , e 0 nos demais casos.

**DUMMY 2:** Ações – Variável *dummy* para indicar se a Empresa não possui Ações na Bolsa, assumindo o valor de 1, e, se possuir Ações na Bolsa, o valor de 0.

**DUMMY 3:** D-LEI - Variável *dummy* antes e depois da Lei

**d(t-1)** = Lucro negativo

**VAR (t-2)** = Variação do Lucro de t a t-2

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa (2013)

TABELA 7 – REGRESSÃO DO RESULTADO INCLUINDO A VARIÁVEL D-LEI

Equação: Variação do Lucro Líquido(t-1) =  $\alpha_0 + \alpha_1$ \*Variação do Lucro Líquido(t-2) +  $\alpha_2$ \* Lucro Negativo \* Variação LC (t-2) \* LC (t-2) +  $\alpha_3$ \*Lucro Negativo\*Variação LC (t-2) \*D-PR +  $\alpha_4$ \* Lucro Negativo \* Variação LC (t-2) \*D-LEI +  $\alpha_5$ \* Lucro Negativo\*Variação LC (t-2)\*D-LEI\*D-PR +  $\epsilon_{i,t}$

Variáveis Independentes	Variável Dependente: Variação do Lucro Líquido(t-1)	
	Efeito Fixo	Efeito Aleatório
Variação do Lucro Líquido(t-2)	.5022365 *** (0.0391042)	.5070968 *** (0.0386)
Lucro Negativo * Variação LC (t-2) * LC (t-2)	-1.61e-07 (9.78e-08)	-1.80e-07 (9.73e-08)
Lucro Negativo * Variação LC (t-2) *D-PR	1.88e-07 * (9.77e-08)	2.07e-07 (9.72e-08)
Lucro Negativo * Variação LC (t-2) *D-LEI	3.38e-07 *** (1.04e-07)	3.61e-07 *** (1.04e-07)
Lucro Negativo * Variação LC (t-2) *D-LEI * D-PR	-3.67e-07 *** (1.04e-07)	-3.89e-07 *** (1.04e-07)
Constante	-108360.3 *** (15978.02)	-108146.7 *** (15982.62)
Hausman Test	X <sup>2</sup> = 0.61	Prob> X <sup>2</sup> = 0.4330

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa (2013)

Nota:\*\*\*, \*\* e \* , significante a 1% , 5% e 10%, respectivamente. Desvios-padrão entre parênteses. Paineil abrangendo os anos de 2008 a 2010, contendo 371 Empresas por ano. Número de observações 1484

O modelo de Efeito Fixo, Lucro Negativo \* Variação LC (t-2) \* LC (t-2) não foi significante a 1%, a 5% ou a 10%. Já Lucro Negativo \* Variação LC (t-2) \*D-PR que

mede o impacto do fato de a Empresa ter Ações na Bolsa, só foi significativa a 10%, ficando próxima do limite de 5% de confiança. Portanto é possível acreditar que essa Variável tenha um impacto positivo em  $Var(t-1)$ , levando em consideração que a base de dados é relativamente pequena e que o período é curto. Tanto Lucro Negativo \* Variação LC (t-2) \*D-LEI quanto Lucro Negativo \* Variação LC (t-2) \*D-LEI\*D-PR são significativos a 1% de confiança. Logo, com a inclusão dessa Variável, os resultados apresentaram indícios fortes de que a alteração na Lei influenciou em  $Var(t-1)$ . Considerando as duas interações, a variação resultante foi positiva para as Empresas que não possuem Ações na Bolsa, e ligeiramente negativa para as Empresas que as possuem, mas esse último grupo também é influenciado por Lucro Negativo\* Variação LC (t-2) \*D-LEI, que só é significativa a 10%, mas tem sinal positivo, indicando uma resultante das três *dummies* como uma alteração positiva.

Medindo o Conservadorismo considerando basicamente a variação do Lucro Líquido da Empresa, sem possuir nenhuma variável de controle, os Testes de média e o resultado da regressão apresentaram indícios de que a Lei não provocou alteração nesse Lucro Líquido.

Portanto, com as primeiras análises sem a inclusão da Variável (D.LEI), percebeu-se que não houve alterações no grau de Conservadorismo em relação ao período de corte, ou seja, antes e após a entrada do Brasil na harmonização contábil mundial. Mas percebe-se também que, com a inclusão da nova Variável (D.LEI) e a realização da interação entre Lei e Lucro Líquido, identificou-se que há uma remota indicação de que a mudança na Lei afetou ligeiramente a Variação do Lucro entre  $t$  e  $t-1$ , não nos cabendo inferir que houve mudanças no grau de conservadorismo entre as empresas pesquisadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Pesquisa teve como objetivo principal avaliar o grau de Conservadorismo existente entre as Empresas brasileiras de Grande Porte que negociam com Ações na Bolsa e as que não negociam, após a adesão do Brasil às IFRS, com a publicação da Lei 11.638/07 e, posteriormente, com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPCs, que determinam o estabelecimento da regulação com o alinhamento do Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade). Verificou-se, com este estudo, que o grau de Conservadorismo existente nas empresas pesquisadas não foi alterado, levando em consideração o *ranking* das mil maiores empresas em volume de vendas, publicado pela Revista Exame.

Os resultados encontrados apresentam indícios fortes de rejeição da hipótese de que a adesão do Brasil às IFRS provocou mudanças significativas no grau de Conservadorismo a partir dos resultados comprovados nas demonstrações contábeis em relação aos lucros das Empresas que possuem Ações na Bolsa e aos daquelas que não as possuem.

Desse modo, a Pesquisa demonstrou não haver efeitos da Lei 11.638, no período estudado, o que inclui o Brasil no processo de harmonização contábil mundial com a adoção das IFRS, no nível de Conservadorismo existente entre as Empresas que possuem Ações em Bolsa de Valores e aquelas que não as possuem.

Tais resultados corroboram com estudos realizados após a publicação da Lei 11.638/2007. Santos et al. (2010), quando apresentam os resultados encontrados, sugerem que, para as demonstrações contábeis das Empresas analisadas, não é

possível inferir se as novas Normas tiveram algum efeito no grau de reconhecimento assimétrico de perdas econômicas ainda não realizadas em relação aos ganhos, como também se, na condição pesquisada, o Lucro Contábil reflete, de forma oportuna, o resultado econômico.

Como conclusão principal deste estudo, é possível afirmar que a Pesquisa realizada apresentou resultados que demonstram a inexistência de indícios de alterações no grau de Conservadorismo Contábil. Algumas considerações fazem-se, ainda, necessárias à conclusão desta Pesquisa. Inicialmente foi possível constatar que existem poucas pesquisas relacionadas aos resultados das Companhias Fechadas, ainda que seja de conhecimento geral a grande importância que estas representam para a Economia e para o desenvolvimento do país. Avançando sobre tais considerações, em relação às demais Empresas, não foram identificadas pesquisas envolvendo estudos sobre Empresas de Grande Porte, dentro da conceituação da Lei 11.638 de 2007.

Para maiores esclarecimentos, cabe destacar ainda que, durante o desenvolvimento desta Pesquisa, alguns CPCs ainda estavam sendo publicados e outros se encontravam em processo de revisão. Em 2011, o CPC 00 foi revisado, especialmente em relação à característica da Prudência (Conservadorismo); desde então, a Prudência foi retirada da condição de aspecto da representação fidedigna, por ser inconsistente com a neutralidade. Portanto, a sua legalidade foi limitada ao ano de 2011, ou seja, um ano após a disponibilização dos dados para a elaboração deste trabalho de Pesquisa.

Por fim, como os CPCs ainda estavam em fase de aprovação e posterior aplicação, entre 2008 e 2009, e a consequente obrigatoriedade de apresentação das

demonstrações, recomenda-se que este estudo seja ampliado em períodos de análise posteriores a esta Pesquisa. Como outra possibilidade de continuidade da Pesquisa, propõe-se que seja selecionado um segmento específico e que ele seja comparado com os dados ora apresentados, o que possibilitaria a verificação desses registros, em universo mais restrito, mas comparável por segmento empresarial.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juan Carlos Goes de; SCALZER, Rodrigo Simonassi; COSTA, Fábio Moraes. Níveis Diferenciados de Governança Corporativa da Bovespa e Grau de Conservadorismo: Estudo Empírico em Companhias Abertas Listadas na Bovespa. In: **6º Congresso Usp Controladoria e Contabilidade**, 2006, São Paulo (SP).

ANTUNES, Gustavo Amorim *et al.* **Impacto da adesão aos níveis de governança da Bovespa na qualidade da informacional**: uma investigação acerca da oportunidade, relevância e do conservadorismo contábil utilizando dados em painel. 2007. 56f. Dissertação (Mestrado em Ciências contábeis). Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória, 2007.

\_\_\_\_\_, Gustavo Amorim; MEDEIROS, Otávio Ribeiro de. **Modelo de Basu**: Especificação Diferente, Mesmo Resultado. *Revista de Contabilidade da Ufba*, Salvador-Ba, v. 5, n. 1, p. 59-71, janeiro - abril 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação - apresentação de citações em documentos**: NBR 10520. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **Informação e documentação - referências e elaboração**: NBR 6023. Rio de Janeiro. Agosto, 2002.

BALL, R.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**. v. 39. p.83-128. 2005.

BASU, S. "The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings". **Journal of Accounting and Economics**, n. 24, p. 3-37, 1997.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças contábeis na lei societária**; Lei 11.638, de 28-12-2007. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/> . Acesso em: 20 de janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. A INFLUÊNCIA DO CONTROLE ESTATAL. **Revista Universo Contábil**, [S.l.], v. 8, n. 4, p. 19-39, dez. 2012. ISSN 1809-3337. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2865>>. Acesso em: 02 Fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº 1.255/09, NBC TG 1000**. Disponível em: [http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/publicacoes/manuais\\_pmes](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/publicacoes/manuais_pmes). Acesso em 28/02/2013.

BRITO *et al.* **Conservadorismo nos Resultados Contábeis de Instituições Financeiras Estatais Privadas.** In: 32º ENANPAD. Rio de Janeiro. Setembro 2008.

BRITO, Giovani Antonio Silva; LOPES, Alexsandro Broedel; COELHO, Antonio Carlos Dias. CONSERVADORISMO NOS LUCROS CONTÁBEIS DOS BANCOS NO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução 750 de 29 de dezembro de 1993.**

CARDOSO, Ricardo Lopes *et al.* **Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS.** **RAP** – Rio de Janeiro 43 (4): 773-99, JUL/AGO. 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico.** Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>. Acesso em 21 de junho de 2013.

COSTA, R. A. *et al.* O impacto da regulação diferenciada sobre o conservadorismo nas empresas brasileiras: período 1996-2006. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18., 2008, Gramado (RS). **Anais.** Gramado: CFC, 2008. 1 CD-ROM.

COSTA, Fabio Moraes, COSTA, Alessandra C. de Oliveira. Um Estudo da aplicação do conservadorismo em cinco países da América do Sul. In: **XXIX ENANPAD,** Brasília, 2005.

COSTA, Fábio Moraes; ALMEIDA, Juan C.G.; SCALZER, Rodrigo S. **Níveis diferenciados de governança corporativa da Bovespa e grau de conservadorismo:** estudo empírico em companhias abertas listadas na Bovespa. In: 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, 2006.

COELHO, A. C. D. **Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil.** Tese [Doutorado em Ciências Contábeis] Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COELHO, Antônio Carlos Dias; LIMA, Iran Siqueira. Conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil: comparação entre companhias de capital fechado e companhias de capital aberto. **Revista Universo Contábil**, v. 4, num. 2, p. 22-41, 2008.

COELHO, Antônio Carlos Dias; CIA, Joaíla Neide de Sales and LIMA, Iran Siqueira. Conservadorismo condicional na divulgação de lucros em companhias abertas Brasileiras: diferenças entre emissoras e não emissoras de ADR e entre sistemas contábeis. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie** (Online) [online]. 2010, vol.11, n.1, pp. 117-149. ISSN 1678-6971.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** método qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

EXAME. **Melhores e Maiores**. São Paulo, julho 2005. Edição Especial.

EXAME. **Melhores e Maiores**. São Paulo, julho 2006. Edição Especial.

EXAME. **Melhores e Maiores**. São Paulo, julho 2007. Edição Especial.

EXAME. **Melhores e Maiores**. São Paulo, julho 2008. Edição Especial.

EXAME. **Melhores e Maiores**. São Paulo, julho 2009. Edição Especial.

EXAME. **Melhores e Maiores**. São Paulo, julho 2010. Edição Especial.

FUCAPE. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. Disponível em: <<http://www.fucape.br>>. Acessado em 22 de fevereiro de 2013.

FILIPIN, Roselaine *et al.* **Análise do Nível de Conservadorismo Condicional das Empresas Brasileiras Listadas na BM& BOVESPA após a adoção dos IFRS**.

GONZAGA, Rosimeire Pimentel; COSTA, Fábio M; LOPES, A. B. Relação entre conservadorismo contábil e os conflitos entre acionistas majoritários sobre as políticas de dividendos nas empresas brasileiras listadas na Bovespa. In: **XXXII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2008.

HELLMAN, Niclas. **Accounting conservatism under IFRS**. Accounting in Europe, 5(2): 71-100, 2008.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. V. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antônio Z. Sanvicente, 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de ; FONSECA, J. A. S. ; BRITO, G. A. S. Conservadorismo nos resultados contábeis dos bancos em Portugal. **9º Congresso da USP de Contabilidade e Controladoria**. São Paulo. 2009.

LOPES, A.B e MARTINS E., **Teoria da Contabilidade**: Uma nova abordagem. São Paulo: Atlas 2005.

SARLO NETO, A.; LOPES A. B.; LOSS, L. O impacto da regulamentação sobre a relação entre lucro e retorno das ações das empresas dos setores elétrico e financeiro no Brasil. **XVI ENANPAD**, 26º, Anais. Salvador: ANPAD, 2002, 13 p.

MARTINEZ, Antonio Lopo. **"Gerenciamento" dos resultados contábeis**: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. 2001. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14052002-110538/>>. Acesso em: 22-08-2012.

MENDONÇA, Mark M. **O Impacto da lei sarbanes–oxley (sox) no conservadorismo contábil das empresas brasileiras que emitiram ADR antes de 2002.** Dissertação de Mestrado, FUCAPE. Vitória 2008

MOURAD, Nabil Ahmad; PARASKEVOPOULOS, Alexandre. **IFRS: introdução às normas internacionais de contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2010.

PAULO, Edilson; *et al* Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. **RAE. Revista de Administração de Empresas**, v. 48, p. 46-60, 2008.

SANTOS, Luis Sérgio Ribeiro dos e COSTA, Fábio Moraes da. Conservadorismo contábil e timeliness: evidências empíricas nas demonstrações contábeis de empresas Brasileiras com ADRs negociados na bolsa de Nova Iorque. **Rev. contab. financ.**[online]. 2008, vol.19, n.48, pp. 27-36. ISSN 1808-057X.

SANTOS, Edilene Santana; CALIXTO, Laura. Impactos do Início da Harmonização Contábil Internacional (lei 11.638/07) nos Resultados das Empresas Abertas. **RAE - eletrônica**, . São Paulo, vol. 9, n. 1, janeiro-junho. 2010.

SANTOS, Luís Paulo Guimarães dos; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; FREITAS, Sheizi Calheira de and LIMA, Iran Siqueira. **Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&F BOVESPA.** Rev. contab. financ. [online]. 2011, vol.22, n.56, pp. 174-188. ISSN 1808-057X.

SANTOS, Luís Paulo Guimarães dos. *et al.* Efeitos da Lei 11.638/07 sobre o Conservadorismo Condicional das Empresas Listadas BMF& BOVESPA. **Anais do 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2010.**

WATTS, Ross L, Corporate financial statements, a product of the market and political processes. **Australian Journal of Management.**Vol4, April 1977, 53-75. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com>> Acesso em: 30 dez. 2010.

WATTS, Ross L. Conservatism in Accounting Part I: Explanations and Implications. **Accounting Horizons**, vol. 17, n. 3, September, 2003a, p. 207-221.

\_\_\_\_\_. ZIMMERMAN, Jerold L. The Demand for and Supply of Accounting Theories: The Market for Excuses. **The Accounting Review**, vol. 54, n. 2, April, 1979, p. 273-305.

\_\_\_\_\_. **Positive Accounting Theory.** New Jersey: Prentice - Hall, 1986.

\_\_\_\_\_. A Proposal for **Research** on Conservatism. **Financial Research and Policy Working Paper Series.** May, 1993, p. 1-21.

\_\_\_\_\_. Conservatism in Accounting Part I: Explanations and Implications. **Accounting Horizons**, vol. 17, n. 3, September, 2003a, p. 207-221.

\_\_\_\_\_. Conservatism in Accounting Part II: Evidence and Research Opportunities. **Accounting Horizons**, vol. 17, n. 4, December, 2003b, p. 287-301.

KAIZER, Carolina Viguini Cantarela et.al. O impacto da regulamentação contábil sobre o conservadorismo nas empresas do setor elétrico do Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade** (REPeC), Vol. 3, No 1 (2009)

## APÊNDICE A – Estatística descritiva do Stata – modelo Ball e Shivakumar (2005)

```
. reg var10_09 di_var10_08 var10_08 di_var10_08_ll08 acoes09, robust
```

Linear regression

Number of obs = 650  
 F( 4, 645) = 3.25  
 Prob > F = 0.0117  
 R-squared = 0.1467  
 Root MSE = 7.4e+05

---

Robust						
var10_09	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
di_var10_08	-.6620556	.5083962	-1.30	0.193	-1.660367	.3362559
var10_08	.5359708	.5004702	1.07	0.285	-.446777	1.518719
di_var10~l08	5.38e-08	1.72e-08	3.13	0.002	2.00e-08	8.75e-08
acoes09	187078.7	135897.6	1.38	0.169	-79776.49	453933.8
_cons	-24793.81	23615.58	-1.05	0.294	-71166.51	21578.89

---

Regressão para o ano de 2010, mostra que Di\_var10\_08, var10\_08, acoes09 e \_cons não são significantes estatisticamente, entretanto di\_var10\_08\_ll08 é significativa a 1% com um coeficiente muito próximo de zero, devido ao tamanho do Lucro Líquido.

```
. reg var09_08 di_var09_07 var09_07 di_var09_07_ll07 acoes08, robust
```

Linear regression

Number of obs = 661

F( 4, 656) = 17.20  
 Prob > F = 0.0000  
 R-squared = 0.3509  
 Root MSE = 6.9e+05

---

Robust						
var09_08	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
di_var09_07	-.166406	.3465556	-0.48	0.631	-.846898	.5140859
var09_07	1.124021	.1711172	6.57	0.000	.7879097	1.460132
di_var09~l07	-1.53e-08	1.37e-08	-1.12	0.265	-4.21e-08	1.16e-08
acoes08	-89936.22	155953.9	-0.58	0.564	-396165.3	216292.8
cons	18397.03	13194.97	1.39	0.164	-7512.439	44306.51

---

Regressão para o ano de 2009, mostra que di\_var09\_07, di\_var09\_07\_ll07, ações 08 e \_cons não são significantes estatisticamente e var09\_07 é significativa a 1%.

. reg var08\_07 di\_var08\_06 var08\_06 di\_var08\_06\_ll06 acoes07, robust

Linear regression

Number of obs = 676

F( 4, 671) = 927.60  
 Prob > F = 0.0000  
 R-squared = 0.8819  
 Root MSE = 2.7e+05

	Robust					
var08_07	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
di_var08_06	-.2511298	.2550816	-0.98	0.325	-.7519841	.2497244
var08_06	1.231073	.2429054	5.07	0.000	.7541269	1.708019
di_var08~l06	-7.62e-08	2.84e-09	-26.85	0.000	-8.18e-08	-7.07e-08
acoes07	-94994.43	29060.53	-3.27	0.001	-152054.9	-37933.92
_cons	-33087.38	13620.05	-2.43	0.015	-59830.43	-6344.329

Regressão para o ano de 2008, mostra que di\_var08\_06 é o único que não é significativo estatisticamente todos os outros são significantes a 1%

. reg var07\_06 di\_var07\_05 var07\_05 di\_var07\_05\_ll05 acoes06, robust

Linear regression

Number of obs = 694

F( 3, 689) = .  
 Prob > F = .  
 R-squared = 0.8767  
 Root MSE = 1.6e+05

	Robust					
var07_06	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
di_var07_05	-.5166154	.1276781	-4.05	0.000	-.7673002	-.2659306
var07_05	.6254839	.0183736	34.04	0.000	.589409	.6615589
di_var07~l05	4.08e-08	4.05e-09	10.08	0.000	3.29e-08	4.88e-08
acoes06	54433.46	25017.6	2.18	0.030	5313.584	103553.3
_cons	-695.6229	4933.252	-0.14	0.888	-10381.63	8990.389

Regressão do ano de 2007 apresenta apenas a \_cons como variáveis não significantes estatisticamente, todas as outras são significantes.

. xtreg var\_t1 var\_t2 dt1 \_\_vart2\_\_llt2 dd1 dd2 dd3, Fe (EFEITO FIXO)

**Fixed-effects (within) regression**

Group variable: ano

Number of obs = 1196

Number of groups = 4

R-sq: within = 0.3214  
 between = 0.6098  
 overall = 0.3227

Obs per group: min = 256  
 avg = 299.0  
 max = 337  
 F(5,1187) = 112.41  
 corr(u\_i, Xb) = 0.0270 Prob > F = 0.0000

var_t1	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
var_t2	.5022365	.0391042	12.84	0.000	.4255155 .5789576	
dt1__vart2__llt2	-1.61e-07	9.78e-08	-1.64	0.101	-3.53e-07 3.12e-08	
dd1	1.88e-07	9.77e-08	1.93	0.054	-3.56e-09 3.80e-07	
dd2	3.38e-07	1.04e-07	3.24	0.001	1.34e-07 5.43e-07	
dd3	-3.67e-07	1.04e-07	-3.52	0.000	-5.72e-07 -1.62e-07	
_cons	-108360.3	15978.02	-6.78	0.000	-139708.6 -77011.95	
sigma_u	38704.469					
sigma_e	543547.77					
rho	.00504487	(fraction of variance due to u_i)				

F test that all u\_i=0: F(3, 1187) = 1.35 Prob > F = 0.2581

. estimates store fixed

. xtreg var\_t1 var\_t2 dt1\_\_vart2\_\_llt2 dd1 dd2 dd3, re (EFEITO ALEATORIO)

Random-effects GLS regression  
 Group variable: ano

Number of obs = 1196  
 Number of groups = 4

R-sq: within = 0.3213  
 between = 0.6265  
 overall = 0.3228

Obs per group: min = 256  
 avg = 299.0  
 max = 337  
 Wald chi2(5) = 567.15

corr(u\_i, X) = 0 (assumed)

Prob > chi2 = 0.0000

var_t1	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
var_t2	.5070968	.0386271	13.13	0.000	.4313891 5828045	
dt1__vart2__llt2	-1.80e-07	9.73e-08	-1.85	0.064	-3.71e-07 1.05e-08	
dd1	2.07e-07	9.72e-08	2.13	0.033	1.66e-08 3.98e-07	
dd2	3.61e-07	1.04e-07	3.48	0.001	1.57e-07 5.64e-07	
dd3	-3.89e-07	1.04e-07	-3.75	0.000	-5.92e-07 -1.86e-07	
_cons	-108146.7	15982.62	-6.77	0.000	-139472 -76821.3	
sigma_u	0					
sigma_e	543547.77					
rho	0	(fraction of variance due to u_i)				

---

**. hausman fixed ., sigmamore (TESTE DE HAUSMAN)**

---- Coefficients ----

	(b)	(B)	(b-B)	sqrt(diag(V_b-V_B))	
fixed	.		Difference	S.E.	
var_t2			.5022365	.5070968	-.0048603 .0061984
dt1__vart2~2			-1.61e-07	-1.80e-07	1.96e-08 1.02e-08
dd1			1.88e-07	2.07e-07	-1.90e-08 9.86e-09
dd2			3.38e-07	3.61e-07	-2.24e-08 1.20e-08
dd3			-3.67e-07	-3.89e-07	2.19e-08 1.18e-08

b = consistente sob Ho e Ha, obtido a partir xtreg

B = inconsistente sob Ha, eficiente sob Ho, obtido a partir xtreg

Teste: Ho: diferença nos coeficientes não sistemáticos

$$\begin{aligned} \text{chi2}(1) &= (b-B)'[(V_b-V_B)^{-1}](b-B) \\ &= 0.61 \end{aligned}$$

**Prob>chi2 = 0.4330 (VALOR P DO TESTE DE HAUSMAN)**

(V\_b-V\_B is not positive definite)